

12, 04, 2000

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO N.º 1076/VIII(1.a) - AC

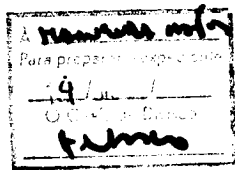
Assunto: Falta de Condições no Tribunal de Pombal

Apresentado por: Deputada Maria Ofélia Moleiro (PSD)

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

Ao longo dos últimos anos as estruturas físicas e técnicas do Tribunal Judicial têm-se agravado de tal forma que, actualmente, Juizes, advogados e cidadãos utentes do Serviço de Justiça no Concelho, são unânimes em considerar que a situação é caótica e lesiva dos interesses da população. À falta de espaço acresce a falta de juizes para responder às necessidades do Tribunal.

A solução prevista de ampliação do Palácio de Justiça ocupando terrenos que se situavam nas traseiras do edifício, foi substituída recentemente, pela instalação de determinados serviços (Conservatória do Registo Civil, Conservatória do Registo Predial e Notariado), noutros locais da cidade, em andares arrendados por valores elevados.



No entanto, a libertação de espaços no Palácio da Justiça não resolveu as carências físicas das secções que compõem o Tribunal.

A falta de Recursos Humanos sobrecarrega os funcionários e engrossa a pilha de processos.

A situação reproduzindo eco na comunicação social foi já objecto de intervenções de deputados na Assembleia Municipal, continuando no entanto gravosa quer para juizes, funcionários, advogados, quer para cidadãos que com dificuldade têm acesso ao exercício do direito à justiça.


Perante esta situação, já apelidada de “caótica”, ao abrigo das disposições legais aplicáveis em vigor, na qualidade de Deputada eleita pelo círculo eleitoral de Leiria, venho requerer a Vossa Excelência que solicite ao Ministro da Justiça, os seguintes esclarecimentos:

1 - Qual a solução global planeada pelo Ministério da Justiça, para o complexo de serviços que compõem o Tribunal Judicial de Pombal.

2 - Qual a calendarização das acções contempladas nesse plano e efeitos previsíveis na aceleração dos processos, melhoria de atendimento e de condições de trabalho de todos os intervenientes na cadeia processual do Tribunal: juizes, escrivães, restantes funcionários, Magistrados do Ministério Público, Advogados, etc.

Palácio de S. Bento, 12 de Abril de 2000

A Deputada



Maria Ofélia Moleiro